

## **O CONTRABANDISTA, OS OPORTUNISTAS E O DESCONTENTE: O “ESCANDALOSO CONTRABANDO PRATICADO EM PORTO SEGURO”.**

THARLES SOUZA SILVA\*

**Resumo:** a partir da década de 1980, os trabalhos sobre a temática “contrabando” vêm ganhando notável avanço nos estudos históricos, sobretudo, no que se refere ao período colonial. O interesse por essa temática revela a necessidade de se compreender melhor como funcionava a economia e a política econômica na América portuguesa. Nesse sentido trazemos à tona a antiga Capitania de Porto Seguro, apresentando uma ocorrência de contrabando ainda não estudada pelos historiadores, com o objetivo analisá-la a partir das tramas articuladas em torno de sua ocorrência, tanto a dos envolvidos no comércio ilícito quanto a dos seus denunciadores.

**Palavras-chave:** América portuguesa; Capitania de Porto Seguro; contrabando.

A partir da década de 1980, os trabalhos sobre a temática “contrabando” vêm ganhando notável avanço nos estudos históricos, sobretudo, no que se refere ao período colonial. O interesse por essa temática revela a necessidade de se compreender melhor como funcionava a economia e a política econômica dentro do sistema colonial luso-americano.

Esses estudos, em sua maioria, tomam como pontos de partida locais estratégicos para a Coroa portuguesa, como as cidades de grandes portos, as zonas mineradoras ou as regiões fronteiriças. Porém, se a América portuguesa tinha fronteiras geográficas, ainda que cambiantes, os contrabandos não as possuíam, ocorriam em todo o domínio lusitano e se constituíam como prática antiga, ocorrendo “em todo império colonial português” (CAVALCANTE, 2006, p. 23). Longe dessas zonas, apresentamos a Capitania de Porto Seguro que, embora conectada aos grandes centros da América portuguesa, em seu conjunto

---

\* Universidade do Estado da Bahia – UNEB, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPG/HIS). Bolsista CAPES.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

desempenhava o papel de reprodutora de gêneros, como lhe designou Pombal ao erigi-la em Comarca e Ouvidoria em 1763. Local que não conseguiu grandes êxitos coloniais, no que diz respeito às riquezas e a densidade demográfica, Porto Seguro possuía seus núcleos de povoamento restritos à faixa litorânea, localizados nas fozes dos grandes rios que cruzavam a Capitania ou em suas proximidades imediatas, isoladas geograficamente não só do interior, mas de si próprios.

No entanto, essa mesma Capitania com uma dinâmica social pouco revelada em estudos historiográficos apresenta ao longo de sua história diversos acontecimentos que nos permitem tomá-la como ponto de partida para refletir sobre os elementos do processo colonizador português. Um deles é a temática “contrabando”, que alguns documentos mostram ter sido uma constante na história daquela Capitania. O objetivo desse texto é apresentar um desses casos, ocorrido em 1802, que envolveu as maiores autoridades régias da Capitania e um comerciante inglês. Denúncia esta que é fruto mais do exercício administrativo do Ouvidor da Comarca de Porto Seguro na época, José Dantas Coelho (1800-1803), que da “imoralidade” do ato.

Partimos do pressuposto de que os contrabandos são reveladores da dinâmica de funcionamento do processo colonizador português. Assim sendo, comungamos da opção teórica que considera o comércio ilegal como parte integrante da sociedade colonial e que envolvia diferentes grupos que competiam e cooperavam entre si, estabelecendo redes a partir de suas participações no contrabando (PIJNINJG, 1997, p. 4; MOUTOUKIAS, 1988, p. 213), e mesmo em sua denúncia.

E se as redes de contrabandistas eram criadas a partir dos interesses nos lucros, também as de denunciantes, que em geral não são apontadas, eram forjadas almejando-se os ganhos e os prestígios eminentes de sua ação. Quem servia à Coroa, agia “motivado pelas recompensas” amparados no “direito de mercês por serviços prestados”, recurso muito utilizado, tanto pela coroa portuguesa como pela espanhola (CEBALLOS, 2010, p. 23-24). A metrópole criava, assim, “uma dinâmica imperial levada a cabo por um amplo leque de relações clientelares e

de redes políticas, sociais, materiais e culturais”, que assegurava o seu poder e viabilizavam o exercício da autoridade e a governabilidade do Império, (GOUVÊA; FRAZÃO; SANTOS, 2004, p. 104).

Entende-se ainda que o contrabando, longe de minar os poderes régios, os reforçava. A Coroa gerenciava tanto as relações comerciais lícitas quanto as clandestinas, na medida em que controlava diferentes instâncias do governo, da estrutura administrativa, do comércio e da máquina judicial, elaborava as leis e os sistemas fiscalistas, mudava os oficiais de postos e lugares de acordo com sua conveniência, dessa forma dinamizava o comércio ilegal e evitava que as autoridades régias escapassem a seu controle (JESUS, 2008, p. 2; PIJNING, p. 8). É preciso dizer, também, que diferentes penas eram determinadas às pessoas que cometiam em contrabando, dependendo estas da influência dos acusados ou da de seus aliados, do *status* social que ocupavam e as dimensões do ato, sendo diferentes punições aplicadas a clérigos, oficiais régios, simples colonos e estrangeiros.

Contudo, quando as coisas tendiam a sair de sua influência a Metrópole se mostrava ágil e implacável, como ocorreu na Capitania de Porto Seguro em 1802, onde a ação da Coroa foi não apenas rápida, mas extremamente eficiente em perseguir e prender os acusados de praticar contrabando, embora os resultados do processo não fujam à tônica teórica que apresentamos.

### **O contrabandista, os oportunistas e o descontente**

Por ocasião da guerra entre França e Inglaterra, a colônia holandesa do Cabo, no sul da África, caiu sob o domínio do governo inglês em 1795. Como consequência, diversos comerciantes britânicos se dirigiram àquela colônia. No entanto, em 1801 a chegada de boatos de paz entre França e Inglaterra e a possível devolução da colônia à Holanda, fez com que os colonos holandeses estagnassem o comércio, para poderem comprar as mercadorias quando os comerciantes ingleses estivessem se retirando da cidade do Cabo, o que os forçaria a venderem seus produtos por preços reduzidos. Essa situação levou os comerciantes a se dirigirem para diferentes portos no Atlântico, como o Rio da Prata, Ilhas Maurícias, Sant Helena e outros (LINDLEY, 1969, p. 23).

Dentre eles estava o comerciante inglês Thomas Lindley, que partiu da colônia do Cabo em fevereiro de 1802, rumo a Santa Helena, aonde chegou nos idos do mês de março. De lá partiu três semanas depois sem destino relatado em seus escritos, informa, porém, que por causa de uma tempestade foi obrigado a parar na Bahia em meados de abril. Conforme relatou, sua situação não era das melhores, o comerciante precisou “mandar fazer reparos e não dispunha de recursos para o pagamento e, tampouco, para liquidar outras despesas em que deveria, provavelmente, incorrer” (LINDLEY, 1969, p. 24). Contudo, o comerciante relatou que após um mês de estada foram resolvidas todas as dificuldades e o seu brigue<sup>2</sup> estava reparado sem, no entanto, explicar como fez para adquirir os recursos de que necessitava.

O caso pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, o direito de refúgio em caso de mal tempo ou de defeitos na embarcação e em segundo lugar pelo contrabando. Amparados no direito de refúgio, os comerciantes estrangeiros realizavam paradas em diversos portos da América, entre eles Bahia e Rio de Janeiro, aproveitando a ocasião para realizarem contrabandos. Tais atividades chegavam a constituir o grosso da economia de algumas localidades, como foi o caso de Buenos Aires na América espanhola em meados do século XVII (MOUTOUKIAS, 1988, p. 214). Para quitar as dívidas feitas em Salvador, Thomas Lindley pode ter recorrido a esta atividade.

Resolvida a situação, Lindley partiu para o Rio de Janeiro objetivando vender produtos ingleses a comerciantes espanhóis do Rio da Prata, conforme relatou. Mas as tempestades pareciam persegui-lo e elas aparentemente seguiam sua vontade de realizar paradas ao longo da viagem. Na realidade, esse parece ter sido o método utilizado pelo comerciante para poder fazer diversas paradas ao longo de seus trajetos. Dessa forma, acabou indo parar na vila de Porto Seguro nas alturas do mês de junho. Thomas Lindley foi preso um mês depois na vila de Caravelas, onde parou mais uma vez para fazer reparos no brigue. Acusado de contrabando, foi conduzido de volta à vila de Porto Seguro e posteriormente enviado a Salvador, de onde fugiu da prisão tempos depois<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Embarcação de pequena tonelagem com dois ou três mastros, que eram utilizadas tanto como embarcações de guerra, devido ao seu tamanho e velocidade, quanto na marinha mercante.

<sup>3</sup> Todas as minúcias dos acontecimentos que se seguiram à sua prisão e fuga foram relatadas em um diário, que foi publicado na Inglaterra em 1805, “LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969”.

Naquela ocasião, governava a Capitania de Porto Seguro o Ouvidor José da Rocha Dantas Coelho. Bacharel em Direito, Dantas chegou à América portuguesa já idoso, com cerca de 62 anos, em novembro de 1800. Era natural da vila dos Arcos, Comarca de Viana do Minho. Foi para Porto Seguro com sua família e lá serviu por pouco mais de dois anos, até ser acusado de contrabando e removido do cargo, foi preso e enviado para Salvador onde já estavam igualmente presos seus dois filhos, Antônio Luis e Gaspar José Dantas Coelho, tidos com cúmplices. José Dantas morreu no cárcere em 1806, pouco tempo depois seus filhos conseguiram parecer favorável para poderem se defender no Reino<sup>4</sup>.

Segundo relatou Thomas Lindley, ao aportar em Porto Seguro foi recebido pelo Ouvidor José Dantas e pelo capitão mor das ordenanças Mariano Manoel da Conceição e Figueiredo e não lhe foi proibido fazer comércio (LINDLEY, 1969, p. 26). Na casa do Ouvidor, os filhos deste teriam proposto ao comerciante uma troca de fazendas inglesas por pau-brasil, madeira de alto preço nos mercados europeus ainda àquela época, e relativamente abundante naquela Capitania.

Vendo uma possível oportunidade de lucros, seguramente altos o suficiente para se arriscarem, o grupo composto pelas maiores autoridades régias de Porto Seguro parece não ter hesitado diante da possibilidade que simplesmente lhes chegara com os ventos do leste. Nos autos do processo, o grupo negou veementemente o propósito da visita do comerciante inglês à casa do Ouvidor, fato que não puderam negar por terem todas as testemunhas que depuseram no processo a terem relatado. Alegaram que a visita teria tido propósito medicinal, pois o inglês possuía remédios em sua embarcação e Dantas estava doente na ocasião<sup>5</sup>.

No entanto, não foi assim que interpretou um grupo de moradores da Capitania de Porto Seguro, e logo houve denúncia de contrabando. O grupo de possíveis contrabandistas desfez, aparentemente, as pretensões. Lindley, por sua vez, seguiu viagem, mas foi preso em

---

<sup>4</sup> INFORMAÇÃO do chanceler da Relação favorável a pretensão de Gaspar e Antonio Luiz Dantas Coelho, relativa ao seu embarque, sob prisão, para o reino, afim de ali obterem a revisão da sentença contra eles proferida. AHU\_ACL\_CU\_005-01, Cx. 150, D. 28883. Bahia, 6 de setembro de 1806.

<sup>5</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João] sobre o requerimento de Gaspar José Dantas Coelho, da vila de Porto Seguro, solicitando perdão da pena da lei de oito de Fevereiro de 1711, em que fora condenado por comércio passivo de géneros estrangeiros e de contrabando com navios estrangeiros. Anexo: 6 docs. (incluindo os autos do processo). AHU-Baía, cx. 242, doc. 97 AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 247, D. 17027. Lisboa, 30 de abril de 1807, f. 171-217.

Caravelas. Os filhos do Ouvidor foram presos em Porto Seguro e remetidos a Salvador. No ano seguinte, o Ouvidor também foi preso. O capitão mor conseguiu se livrar das acusações e ainda recebeu homenagens públicas<sup>6</sup>.

Os denunciantes foram capitaneados por Francisco Faustino, que não era natural daquela Capitania, mas nela criou-se e levou uma vida de poucos amigos e muitos processos. Mais de vinte anos antes da prisão de José Dantas, chegou a Porto Seguro o pequeno pardo Francisco Faustino Correa, que foi parar naquela Comarca junto a sua mãe, Quitéria Lomba, uma negra degredada do Rio de Janeiro por crimes cometidos naquela cidade<sup>7</sup>.

Faustino, descontente com a remuneração de um serviço prestado aos filhos de José Dantas, se desentendeu com o ouvidor e tornou-se seu inimigo declarado. Uma série de acontecimentos que ocorreram antes e depois da chegada de Thomas Lindley a Porto Seguro o impulsionou a denunciar as pretensões de contrabando do grupo, como veremos a seguir.

## **A trama**

As vidas humanas estão conectadas e em dado momento podem se entrecruzar de forma completamente inesperada. Trajetórias de vida completamente diferentes, de pessoas distintas e vindas de lugares diversos e cujas vidas se cruzaram, direta ou indiretamente, por um infeliz acontecimento à de João Bento Rodrigues. Homem branco, casado, natural do Reino e com cerca de 53 anos quando da passagem de Thomas Lindley pela Capitania de Porto Seguro. João Bento exerceu o ofício de meirinho das correições naquela Comarca, vivendo de servir a Dantas, como declarou, e viera de Portugal por sua causa<sup>8</sup>.

Pouco antes da chegada do brigue inglês a Porto Seguro, João Bento Rodrigues foi esfaqueado na vila de Belmonte. O motivo ainda é um mistério. Para socorrer ao criado, Gaspar e Antônio Dantas recorreram ao cirurgião licenciado Manoel Luis da Motta. No

---

<sup>6</sup> REQUERIMENTO do capitão-mor de Porto Seguro, Mariano Manuel da Conceição e Figueiredo, ao príncipe regente [D. João] solicitando a extensão à referida comarca de Porto Seguro, da homenagem a ele concedida na cidade da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 235, D. 16203. Bahia, 7 de janeiro de 1805.

<sup>7</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], op. cit., f. 223.

<sup>8</sup> Ibid.

entanto, Francisco Faustino, que recentemente tinha sido incriminado por concubinato<sup>9</sup> e por estupro de moças brancas, havia ido com o cirurgião, possivelmente servindo como guia. Por este serviço, Faustino cobrou a Dantas e seus filhos a quantia de doze mil réis, o que estes acharam absurdo e se desentenderam com ele. Após uma acirrada discussão chegaram a um acordo e o pagaram pelo serviço, no entanto, Faustino jurou “botar a perder” o Ouvidor e seus filhos com aquele mesmo dinheiro<sup>10</sup>.

A partir daquele, Francisco Faustino passou a procurar pessoas para com ele se juntarem a fim de prestarem juramento contra José Dantas, mas não conseguiu adeptos na vila de Porto Seguro. Partiu então para Salvador numa lancha pilotada pelo mestre Joaquim Antônio dos Santos, na esperança de lá poder concretizar sua vingança. O mestre Joaquim relatou que durante a viagem Faustino tentou convencer as demais pessoas a bordo da embarcação a fazerem juramento contra José Dantas. Entre eles se encontrava Manoel Rodrigues de Oliveira que ajudaria a decidir o destino de Dantas, seus filhos e também do comerciante inglês<sup>11</sup>.

Foi justamente no período em que Faustino estava ausente da Capitania que Thomas Lindley chegou a Porto Seguro. Pouco tempo depois da arribada do brigue inglês, o Ouvidor José Dantas enviou através do meirinho João Bento, já recuperado, uma carta de serviço para ser entregue ao mestre Joaquim Antônio dos Santos (o mesmo que tempos antes havia transportado Faustino), que partiu para Salvador levando a carta. A missiva continha informações sobre a chegada do comerciante inglês e era destinada ao governador Francisco da Cunha Meneses<sup>12</sup>.

Joaquim Antônio relatou que ao chegar a Salvador encontrou Faustino, que ao saber que o mestre levava uma carta para o governador, enviada por Dantas, a tomou de suas mãos, leu e em seguida a rasgou<sup>13</sup>. Através da daquela carta Francisco Faustino ficou sabendo da chegada

---

<sup>9</sup> Concubinário, estar “amasiado”, referente a “amancebia”, era o ato de estar convivendo com uma pessoa sem estar com ela casado, era algo passível de punição legal. Cf. BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa*: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Maraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo I, p. 304.

<sup>10</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], op. cit., f. 171-217.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], op. cit., f. 171-217.

do brigue inglês à Capitania de Porto Seguro e nessa ocasião pôde encontrar um dos elementos que faltavam para cumprir sua vingança contra Dantas e seus filhos.

Naquela mesma ocasião se encontravam em Salvador quatro outros residentes da vila de Porto Seguro, José Vitorino de Santa Anna, Luciano Nunes Teixeira, Venceslau Borges da Trindade, também alferes, e Cipriano Lobato. Todos tinham em comum, além da vila onde residiam, o inimigo, José Dantas Coelho, e quando menos o capitão mor, Mariano Manoel da Conceição. José Vitorino era casado, mas foi denunciado por crime de amancebia pelo Ouvidor e foi preso por sua ordem, não pelo concubinato, mas por ter insultado o escrivão da almotaçaria quando este estava em serviço. Luciano Nunes havia saído da prisão pouco tempo antes da chegada de Thomas Lindley a Porto Seguro, foi preso por Mariano Manoel da Conceição, quando ainda era juiz ordinário da vila, por causa de uma filha bastarda, e em seguida foi para Salvador com o intuito de resolver essa pendência judicial. Venceslau Borges se achava na Bahia para resolver também uma pendência jurídica, de sua tia Bárbara de Mattos que havia sido presa por ordem José Dantas, após ter ocultado em sua casa uma jovem a qual iria entregar em casamento a Cipriano Lobato<sup>14</sup>.

Segundo narrou o mestre Joaquim, Faustino conseguiu reunir esse grupo para denunciar Dantas. Figuraram como denunciante, Francisco Faustino, alferes; José Vitorino; Venceslau Borges, alferes; Luciano Nunes; Manoel Rodrigues, que estava na embarcação junto a Faustino; e ainda o próprio mestre de lancha Joaquim Antônio dos Santos. Este último disse ter assinado sem saber o que continha, um papel que um soldado o havia trazido. Sendo intimidado, fez uma cruz no papel que representaria sua assinatura, como faziam os analfabetos. O mestre culpou Francisco Faustino de ter induzido as testemunhas que com ele juraram como verdadeira a denúncia, através da promessa de distribuir com eles a parte da carga do brigue que seria dada aos denunciante, como de costume, e ainda, de ter falsificado suas assinaturas<sup>15</sup>.

Dessa forma, o Ouvidor José Dantas Coelho, seus filhos Antônio Luis e Gaspar José, o capitão mor Mariano Manuel de Conceição e o comerciante Thomas Lindley foram

---

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], op. cit., f. 171-217.

denunciados por contrabando de fazendas inglesas e pau-brasil, além da suposta realização de escavações em busca de ouro e diamantes no rio Grande de Belmonte<sup>16</sup>.

### **Contrabando e poder régio**

Muitos contrabandistas eram funcionários régios ou pessoas que agiam em prol da Coroa, visto que “[...] a obtenção de cargos constituía a principal fonte de autoridade e prestígio necessários para levantar recursos e ter acesso aos créditos que a organização dos negócios legais e clandestinos requeria” (CAVALCANTE, 2006, p. 27-28). Essa era uma situação que a Coroa parecia conhecer bem.

Quando Ouvidor José Dantas chegou a Porto Seguro com sua família, o então governador da Bahia, Francisco José de Portugal, recomendou que fossem dadas sesmarias aos seus filhos ou concedida a serventia de algum ofício. Os filhos do Ouvidor auxiliavam o pai na administração da Capitania e tinha plantações na vila de Belmonte em parceria com o capitão mor das ordenanças Mariano Manoel da Conceição. As recomendações do governador certamente visavam manter, além de ocupados, satisfeitos os novos administradores de Porto Seguro, evitando assim qualquer tentativa de comércio ilegal, o que se mostrou ser insuficiente<sup>17</sup>.

Prática antiga ao longo do Império colonial português, os contrabandos nos quais estavam envolvidos os próprios funcionários régios eram constantes. Em muitos casos a própria Coroa incentivava tais ações, como ocorreu na Capitania de Goiás na segunda metade do século XVIII, onde o Rei fomentava as relações comerciais entre os súditos portugueses e espanhóis (JESUS, 2008).

---

<sup>16</sup> TRANSLADO do Auto de Perguntas feitas ao bacharel José da Rocha Dantas Coelho, ex-ouvidor da Comarca do Porto Seguro, acusado e preso por contrabando. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 233, D. 16116. Bahia, 3 de outubro de 1804.

<sup>17</sup> OFÍCIO do [governador e capitão general da Bahia], D. Fernando José de Portugal ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participando a chegada do Ouvidor de Porto Seguro José Dantas Coelho informando das recomendações para conceder a seus filhos algumas sesmarias ou a serventia de ofícios. AHU\_ACL\_CU\_005-01, Cx. 107, D. 20.938. Bahia, 12 de novembro de 1800.

As trocas entre os colonos lusitanos e castelhanos era uma prática vantajosa para as duas Coroas, que além de conseguirem gêneros não produzidos em suas possessões, se mantinham informadas das movimentações coloniais de ambos os reinos. Outras vezes a Metrópole fazia vista grossa, como aconteceu diante das ações de Rafael Pinto Bandeira na Capitania de Rio Grande de São Pedro, que formou uma das maiores redes de contrabandos conhecida na história do Brasil, e que agia não só nos domínios portugueses, mas também nos de Espanha e era composta por pessoas de diferentes esferas sociais (GIL, 2007).

Diante do cenário da reconquista de territórios no sul da Colônia, entre 1750 e 1770, a Coroa portuguesa se utilizou dos serviços de Rafael e sua rede e em troca lhes fazia vista grossa perante as ações, diversas vezes denunciadas, que além de contrabando envolviam subornos e assassinatos. Outras vezes a metrópole utilizava os contrabandos ou desvios para reafirmar sua autoridade, como aconteceu no caso da troca de ouro por chumbo durante a arrecadação dos quintos na Capitania de São Paulo em 1728. Embora escandaloso caso de descaminho, o desfecho do processo mostra a complacência da Coroa diante de determinados indivíduos e também como ela se utilizava desse tipo de acontecimentos para reforçar seu controle sobre a Colônia (JESUS, 2010).

No caso de Dantas e Lindley, a Coroa agiu de forma semelhante. Mesmo mostrando ação rápida e eficiente, o desfecho do processo certamente frustrou a quem pudesse esperar uma rigorosa punição. José Dantas embora tenha morrido na prisão, recebeu perdão póstumo. Seus filhos conseguiram permissão para se defenderem no Reino, onde certamente as influências que possuíam ou podiam conquistar, determinariam os rumos finais do processo. O capitão mor Mariano Manuel da Conceição se livrou das acusações, continuou com sua patente e recebeu homenagens públicas. Thomas Lindley e sua esposa fugiram da prisão em 1803. O caso, porém, ilustra bem como a Coroa podia se utilizar de tais acontecimentos para reforçar sua autoridade.

José Dantas ao longo do exercício de suas funções administrativas conseguiu atrair para si e para os seus a cólera de diversas pessoas, que unidas por um interesse em comum, que certamente perpassavam as recompensas da delação, almejavam a sua ruína. Para tanto, criaram uma rede de denunciantes, completamente formada por desafetos daquelas autoridades régias. Após o juramento dos principais acusadores, outras pessoas, de diferentes

esferas sociais, testemunharam contra o Ouvidor e seus filhos. De lugares diversos e em diferentes ocasiões, certamente encorajados pelas ações de Faustino e seu grupo, essas pessoas também registraram denúncia contra Dantas, seus filhos e o capitão mor, revelando através de suas histórias particulares, a dinâmica do trato administrativo daqueles funcionários régios.

Os conflitos entre os oficiais da Coroa e os colonos não eram raros. As intervenções desses funcionários nas comunidades locais não foram facilmente acatadas, o embate entre o “poder régio e os diferentes poderes municipais gerou conflitos na colônia americana, principalmente com as elites locais que insistiam em defender seus interesses” (PERGORARO, 2007, p. 67).

Algo que geralmente causava conflitos administrativos na Colônia eram os choques de jurisdições. Um dos denunciantes “tardios” de Dantas foi o vigário de Vila Verde, João Nunes. O fato de Dantas julgar e punir pessoas acusadas de amancebia, algo de competência da Igreja, revela um choque entre as jurisdições seculares e religiosas, o que as testemunhas deixaram transparecer ao relatarem que “estes [os padres] estavam sempre a reclamar dos ouvidores”<sup>18</sup>.

Se aproveitando da rede capitaneada por Faustino, os diversos desafetos de Dantas se levantaram contra ele e seus aliados, deixando vir à tona os conflitos administrativos da Capitania. Através da “indiscreta” ação de Dantas e seus companheiros, Francisco Faustino pôde cumprir o seu juramento de botar a perder o Ouvidor e seus filhos.

## **Referências**

### **Fontes**

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João] sobre o requerimento de Gaspar José Dantas Coelho, da vila de Porto Seguro, solicitando perdão da pena da lei de oito de Fevereiro de 1711, em que fora condenado por comércio passivo de gêneros estrangeiros e de contrabando com navios estrangeiros. Anexo: 6 docs. (incluindo os autos do processo).

---

<sup>18</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], op. cit., f. 171-217.

AHU-Baía, cx. 242, doc. 97 AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 247, D. 17027. Lisboa, 30 de abril de 1807.

INFORMAÇÃO do chanceler da Relação favorável a pretensão de Gaspar e Antonio Luiz Dantas Coelho, relativa ao seu embarque, sob prisão, para o reino, afim de ali obterem a revisão da sentença contra eles proferida. AHU\_ACL\_CU\_005-01, Cx. 150, D. 28883. Bahia, 6 de setembro de 1806.

OFÍCIO do [governador e capitão general da Bahia], D. Fernando José de Portugal ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participando a chegada do Ouvidor de Porto Seguro José Dantas Coelho informando das recomendações para conceder a seus filhos algumas sesmarias ou a serventia de ofícios. AHU\_ACL\_CU\_005-01, Cx. 107, D. 20.938. Bahia, 12 de novembro de 1800.

REQUERIMENTO do capitão-mor de Porto Seguro, Mariano Manuel da Conceição e Figueiredo, ao príncipe regente [D. João] solicitando a extensão à referida comarca de Porto Seguro, da homenagem a ele concedida na cidade da Bahia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 235, D. 16203 . Bahia, 7 de janeiro de 1805.

TRANSLADO do Auto de Perguntas feitas ao bacharel José da Rocha Dantas Coelho, ex-ouvidor da Comarca do Porto Seguro, acusado e preso por contrabando. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 233, D. 16116. Bahia, 3 de outubro de 1804.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

### **Obras de referência**

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza*: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Maraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo.

## Bibliografia

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa, 1700-1750*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

CEBALLOS, Rodrigo. Centro e autoridades locais: novas leituras para o período colonial. *Mnemosine Revista*, volume 1, nº 1, jan/jun 2010, p. 9-30.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Trasgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande de São Pedro (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 96-137.

JESUS, Nauk Maria de. Disfarces e Cutelas: o governo de Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres e o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa. In: *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9 n. 24, set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: [www.serescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.serescaico.ufrn.br/mneme/anais). Acesso em 6 de setembro de 2011.

JESUS, Nauk Maria de. As Versões do Ouro em Chumbo: a elite imperial e o descaminho de ouro na fronteira oeste da América portuguesa (1722-1728). In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 526-548.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia, contrabando y autotransformacion de las elites. BuenosAires en el siglo XVII. *Anuario del IEHS*, Tandil, 1988.

PERGORARO, Jonas Wilson. *Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a Comarca de Paranaguá (1723-1812)*. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PIJNING, Ernst. Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century-Rio de Janeiro. Tese de Doutorado: Baltimore, Maryland, 1997.